

Revista Saúde.Com

ISSN 1809-0761

www.uesb.br/revista/rsc/ojs

RETRATO DA VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL CONTRA A MULHER NO CLIMATÉRIO**PHYSICAL AND SEXUAL VIOLENCE AGAINST WOMEN IN THE CLIMACTERIC****Caroline Araújo Guedes, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires, Roberta Laíse Gomes Leite Moraes, Letícia Silva dos Santos, Jeniffer Souza Silva**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Abstract

This article aims to analyze the physical and sexual violence situations of women in the climacteric, in the records of occurrences in the Specialized Police Station in Assistance to Women in a municipality in the interior of Bahia. The methodology followed a qualitative approach, through a documentary study. To analyze the data, the content analysis technique was used. The study revealed that invisibility about their sexuality may be a contributing factor to the occurrence and omission of sexual violence in the climacteric. In relation to physical violence, some events were associated with the manifestation of aggression, the use of licit (alcoholic beverages) and illicit drugs by the aggressor, financial dependence and non-acceptance of termination of the relationship by the aggressor. Thus, it is necessary to adopt measures of education that provides awareness of the population, especially the male public, in an attempt to disseminate gender equality and to alleviate or extinguish violence against women without climacteric, as well as in all phases of life.

Keywords: Physical violence; Sexual violence; Women; Climacteric.

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as situações de violência física e sexual das mulheres no climatério, diante dos registros das ocorrências realizadas na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em um município do interior da Bahia. A metodologia seguiu uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo documental. Para análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. O estudo revelou que a invisibilidade acerca de sua sexualidade pode ser um fator que contribui para a ocorrência e omissão da violência sexual no climatério. Em relação à violência física, alguns fatores mostraram-se associados à manifestação da agressão, o uso de drogas lícitas (bebidas alcoólicas) e ilícitas por parte do agressor, a dependência financeira da vítima e a não aceitação do término do relacionamento por parte do agressor. Sendo assim, faz-se necessária a adoção de medidas educativas que proporcionem a sensibilização da população, em especial o público masculino, na tentativa de disseminar a igualdade de gênero e amenizar ou extinguir a violência contra as mulheres no climatério, bem como em todas as fases da vida.

Palavras-chave: Violência física; Violência sexual; Mulheres; Climatério.

Introdução

A violência é um fenômeno social decorrente de uma pluralidade de fatores, e traz consequências não apenas às vítimas, mas também aos familiares e à sociedade. Diante deste cenário, a saúde pública no Brasil está agregando a violência a sua realidade como uma questão complexa, que pode acometer toda a sociedade sem distinção de sexo, raça, idade ou condição financeira, tornando-a um problema de ordem global¹.

Por conseguinte, quando considerado as relações de gênero, a violência contra a mulher conduz a um quadro desfavorável de saúde pública, levando à violação dos direitos humanos. Sendo assim, é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como qualquer ato de violência que resulte em sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher².

Dentre as diversas formas de violência de gênero, notabiliza-se aquela praticada pelo parceiro íntimo (atual ou pregresso, que habite ou não na mesma residência). Este tipo de violência contra a mulher pode ser classificado por “violência marital” ou “violência conjugal”².

A violência física e sexual apresenta destaques significativos no contexto de opressão por parceiros íntimos. Estes tipos de violência são decorrentes principalmente de fatores históricos de desigualdades nas relações de gênero, surgido a partir de uma concepção errônea de superioridade do sexo masculino em relação ao feminino, intensificando assim o poder e a força física masculina, que acaba por acentuar a violência¹.

A violência física sofrida pelas mulheres através de seu parceiro íntimo tem como base a construção literalmente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres, fortalecendo a crença que existem comportamentos legítimos de cada sexo¹. Seguindo essa linha de pensamento edificada nas sociedades patriarcais sobre valores culturais, sociais, econômicos, políticos e religiosos, a mulher é dominada pelo homem, gerando relações de posse e domínio o que resulta na propagação da mulher vítima de diversos tipos de violência³.

Neste contexto, a mulher também é submissa ao homem no que se refere à prática sexual, ficando vulnerável para vitimização da violência sexual, que agrava a saúde reprodutiva

e mental, tornando necessário um maior suporte dos serviços de saúde para atender esta população vitimada, que são afligidas tanto por impactos psicológicos quanto físicos⁴.

A violência sexual é também vivenciada por mulheres na fase do climatério. Etapa situada geralmente entre os 35 e 65 anos de idade, determinado pela mudança do período reprodutivo para o não reprodutivo, caracterizado principalmente pelas alterações emocionais geradas pelo desequilíbrio na produção dos hormônios femininos⁵.

Este período é marcado por alterações hormonais, favorecendo o surgimento de alguns sintomas que incluem sensação de edema no corpo, ondas de calor, cefaleia, insônia, ressecamento vaginal, diminuição da libido, alterações no humor e depressão. Estes sintomas tornam-se responsáveis pelos impactos na prática sexual da mulher e, conseqüentemente, o desequilíbrio na relação com o parceiro, que por falta de compreensão, acaba agindo de forma violenta⁵.

A violência contra mulher tem significativa repercussão nos meios de comunicação com a promulgação da Lei nº 11340/06 (Lei Maria da Penha), tornando-a assunto de discussões e notícias, enfatizando ora o surgimento de novos casos ora sua periculosidade. Essa Lei além de distinguir os tipos de violência, assegura à vítima o apoio psicossocial, sendo este de grande valia, considerando o grande impacto psicológico que acomete as mulheres violentadas⁶.

Apesar do suporte assegurado pela Lei Maria da Penha, com frequência as vítimas acabam sujeitando-se a violência, seja pela dependência financeira, pelos filhos ou por sofrer constantes ameaças pelo agressor. Motivos estes que fazem muitas mulheres suportar opressão e traumatismos que provocam danos ao bem-estar físico, mental, emocional e podem levar, em casos extremos, a morte¹. Estes índices de violência elevam-se ainda mais em grupos com baixa escolaridade, intensa desigualdade social e com o consumo de álcool e drogas ilícitas⁷.

Não obstante a este cenário de violência, e mesmo reconhecendo diferenças de gênero condicionadas a padrões antigos que resulta ainda na desigualdade de condições, a população feminina vem persistindo, ganhando espaço e aumentando sua representatividade em diversas áreas, desde a luta pela sua emancipação (com a conquista do direito a voto), sua inserção na área

fabril, hoje ocupando espaços na academia, na política, entre outros. Apesar dessas conquistas, na luta por seus direitos ainda há muito a ser alcançado, inclusive no que diz respeito à desigualdade de gênero, onde a mulher desde a antiguidade era vista como inferior, fator histórico que infelizmente é reputado até hoje⁵.

Desse modo, este artigo tem como objetivo analisar as situações de violência física e sexual das mulheres em fase de climatério, diante dos registros das ocorrências encontradas na DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher) de um município do interior da Bahia. Visto que esta é uma temática complexa, sendo a violência um problema de saúde pública, estudos que se apropriam deste conhecimento podem corroborar para elaboração de políticas públicas de saúde, bem como alertar os profissionais que atuam nestes setores sobre os impactos físicos e mentais causados a vítima.

Metodologia

Trata-se de estudo documental, de natureza qualitativa, por compreender que a pesquisa qualitativa abrange o cotidiano e as experiências do senso comum, reunindo a questão do significado e da intencionalidade, como essenciais aos atos, às relações e às estruturas sociais⁸. Esta pesquisa foi realizada na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), do município de Jequié, Bahia. Os dados foram obtidos a partir dos registros de ocorrência da DEAM cujas vítimas foram mulheres, com idade entre 35 e 65 anos, ou seja, faixa etária que geralmente caracteriza a fase do climatério.

Este estudo atende à Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde⁹, que estabelece diretriz e normas regulamentadoras em pesquisa que envolve seres humanos, sendo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e aprovado sob protocolo nº 1.460.137. Desta forma, utilizou-se do 'Termo de Compromisso para Utilização de Dados em Prontuários de Pacientes e de Bases de Dados em Projetos de Pesquisa', para a realização da coleta de dados.

A coleta de dados foi realizada através da transcrição dos registros das ocorrências realizadas pelas mulheres vítimas de violência, cujas denúncias foram feitas de janeiro de 2013 a janeiro de 2014. A transcrição foi feita na íntegra,

tendo por base uma 'Matriz de Análise dos Registros de Ocorrência'. Os relatos foram identificados pela letra "R", seguida de uma ordem numérica "1", "2", e assim sucessivamente. Por se tratar de uma pesquisa documental, foram utilizados apenas dados secundários.

Para análise de dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo de Bardin que é entendido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, através dos conteúdos das mensagens, indicadores que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção destas mensagens¹⁰.

Essa técnica é realizada através de três fases, a primeira é a pré-análise onde foi realizada leituras flutuantes, possibilitando a familiarização com as ocorrências, tornando viável desta forma, a escolha dos documentos e a delimitação do universo a ser trabalhado. A segunda fase foi a seleção das unidades de análise, onde realizou-se a exploração do material de acordo suas similaridades e a categorização e subcategorização. Por fim, realizou-se o tratamento dos dados, a partir de inferências e interpretações.

Resultados e discussões

Violência, sexualidade e climatério

A partir da análise das ocorrências foi possível identificar os diversos tipos de violência vivenciados por mulheres entre 35 a 65 anos de idade, dentre elas a violência física e sexual. Das ocorrências referentes aos dois tipos de violência supracitados, as que retratavam da violência eram em número reduzido.

Este tipo de violência poderia ser representado por maiores percentuais das ocorrências, visto que, o climatério é um período onde a mulher perpassa por alterações hormonais que acabam por refletir significativamente em sua sexualidade, o que conseqüentemente pode conduzir ao sexo forçado, devido à incompreensão e falta de conhecimento desta fase por parte do cônjuge. Porém, é possível o levantamento de hipóteses que justifiquem essa pequena amostra de denúncias relacionadas à agressão sexual em mulheres na fase do climatério, como por exemplo o não reconhecimento dessa violência ou a vergonha da mulher em relação à temática.

Estudo realizado em 2014 instigou as mulheres acerca de suas concepções sobre sexualidade, um percentual de 56,2% não se sentiu confortável e optou por não responder ao questionamento. Este número pode ser resultante de ser esse um assunto ainda pouco debatido pelo público feminino, onde muitas mulheres têm sua sexualidade resguardada, obedecendo padrões históricos, o que acaba dificultando o autoconhecimento do seu corpo e também da sexualidade⁵.

É diante desse tabu, naturalizadas na tradição patriarcal que a figura masculina é representada por um papel 'ativo' no âmbito social e sexual, fator que corrobora para que muitas mulheres se sujeitem a violência sexual no climatério e optem por não denunciar seus parceiros íntimos, assimilando sua sexualidade à passividade e à reprodução¹¹.

Esse pode ser o principal motivo pelo qual as vítimas não reconhecerem a relação sexual praticada sem a sua vontade como um ato de violência. Infelizmente muitas vítimas não tem acesso a essas informações, devido a propagação social, onde homens e mulheres já possuem suas funções predestinadas. Sendo assim, a mulher tem em mente que seu dever é aceitar a prática sexual independente da sua libido, para cumprir seu papel de esposa ou companheira¹².

Diante disso, torna-se perceptível que a violência tem suas origens em fundamentos culturais, onde a mulher ao assumir um relacionamento é vista como uma propriedade da figura masculina, assumindo um papel de submissão que de forma gradativa pode chegar a extremos com a manifestação da violência. Contudo, esses fundamentos acabam contribuindo para a escassez nas denúncias, devido também a outros fatores como: medo, constrangimentos proporcionados pela separação e dependência financeira¹².

Venturosamente, existem mulheres que não se intimidam, apesar dos anos de sofrimento, reconhecem a necessidade do enfrentamento de todos esses obstáculos, a fim de recomeçarem suas vidas livres da violência. Com isso, muitas vítimas pensam no fim do relacionamento como uma saída e possível solução para o problema, o que na realidade raramente acontece, pois, muitos agressores após a separação continuam a afligir a mulher por não aceitarem o término do relacionamento.

[...] seu ex-companheiro, inconformando com o final do relacionamento, na hora em que a comunicante estava saindo da casa do seu irmão, este a pegou pelos seus cabelos e saiu arrastando-a até a casa deste e ao chegar lá tentou tirar a roupa da comunicante para manter relações sexuais a força. Relata a comunicante que ficou trancada com o autor dentro de casa das 05h40min até 08h30min, sendo agredida fisicamente (R nº 85).

Este relato desnuda a complexidade normativa em que a mulher violentada está envolvida. Até mesmo quando esta tenta de uma forma amena sair da situação de sofrimento, nem sempre isso é possível, pois em muitos casos o companheiro é tão possessivo, que submete a mulher a humilhações e constrangimentos mesmo após a separação.

Violência física e fatores associados

A fim de manter o poder que acredita ter sobre a mulher, na maioria das vezes o parceiro utiliza a força física para dominar sua companheira¹³. Segundo pesquisas da Vigilância de Violências e Acidentes, nos anos 2006 e 2007, das mulheres violentadas, 73% foram agredidas fisicamente pelo seu cônjuge¹⁴.

O número de ocorrências que denunciavam a violência física mostrou-se elevado, evidenciando o quanto esse tipo de violência também é vivenciado por mulheres no climatério. Sendo a mesma compreendida como qualquer ação realizada por parte do agressor que tem a finalidade de afetar a integridade ou a saúde física da vítima¹.

Essas situações constrangedoras também tomam dimensões laboriosas quando o agressor faz uso de bebidas alcoólicas, sendo este um fator que gera a violência, mas que também a potencializa quando em um quadro já existente.

“Seu companheiro chegou em casa alcoolizado, passando a ameaçar a comunicante, bem como a agrediu fisicamente com um tapa no rosto” (R nº 51). O uso do álcool pode representar dependência, ou frequentemente uma oportunidade que o agressor encontra para fugir da realidade¹⁵.

Este é um fator potencializador para o surgimento da violência, a interpretação que é tida através da R nº 51 é que sem o consumo de bebidas alcoólicas o companheiro poderia não agir de forma violenta¹⁶.

Além disso, percebe-se que raramente em um caso esteja presente apenas um tipo de violência. Possivelmente, quando o companheiro violenta a mulher de uma determinada maneira, esse nível de agressão se eleva, fazendo com que o agressor, no intuito de intimidar ainda mais a vítima, utilize de diversas formas, contemplando assim vários tipos de violência. É nessa perspectiva que um estudo traz a violência física como maior expressão da violência contra a mulher, podendo estar isolada ou associada a outras formas¹⁷.

Frequentemente, para que ocorra a violência é necessário que o agressor tenha contato direto com a vítima e com os locais que a mesma frequenta em seu cotidiano. Desta forma, na maioria das vezes o autor da violência física são pessoas próximas, maridos, companheiros ou namorados¹².

Foi surpreendida com um desentendimento com seu esposo e este começou a agredir fisicamente a comunicante. Segundo a comunicante o desentendimento ocorreu depois que este tratou de forma grosseira as filhas do casal (R nº 34).

Este depoimento mostra a mulher sendo vítima do companheiro após externar seu extinto materno, ressaltando também a capacidade que a violência detém de abalar não só a vítima, bem como todos a sua volta, principalmente os filhos que muitas vezes são expostos a cenas inconvenientes e violentas. Em casos como esse a essência de proteção, cuidado e efetividade que deveriam estar presentes no seio familiar é substituído por cenas de ódio, rancor e desrespeito¹².

Em vários relacionamentos marcados pela violência, a figura masculina é a principal fonte de renda e provisão para a família. O fato da mulher não possuir sua independência financeira também acaba sendo um ponto que ratifica a ocorrência de conflitos internos conduzindo ou intensificando a situação de violência física contra a figura feminina.

[...] Procurou esta delegacia afim de comunicar que foi agredida fisicamente pelo seu companheiro, que ela teria lhe pedido o dinheiro para comprar leite e o comunicado teria lhe dado murros na cabeça e nas costas (R nº 84).

[...] quando a comunicante pediu dinheiro para pagar água e luz, o mesmo respondeu que não tinha e que ela procurasse outro homem para lhe dar dinheiro, tendo começado a garguela-la apertando as mãos em torno do pescoço da comunicante e a segurando com força a jogou em cima da cama. (R nº 22).

Os conteúdos supracitados apenas sancionam a aparição da violência em situações simples do cotidiano, que acabam se tornando pivôs para situações muito mais complexas e incompreensíveis. O que também pode ser observado no trecho de outra ocorrência a seguir:

De acordo com a comunicante o comunicado é usuário de crack e na data e horário citados acima o comunicado começou a lhe pedir dinheiro e como a comunicante não deu ele começou a puxar seu cabelo e bater a cabeça dela na parede e uma cotovelada no olho esquerdo (R nº 41)

Este caso, além de retratar a dependência financeira, que impossibilita a vítima de deixar o cônjuge e tentar pôr um fim na opressão sofrida, desvela outro fator que contribuiu para a violência física, a dependência de drogas ilícitas, que acabou intensificando a lesão em decorrência da possível perda dos níveis normais de consciência por parte do agressor.

Vale ressaltar que nem sempre, o autor é o atual companheiro ou namorado da vítima. Há vários casos onde o agressor é o ex-companheiro, que é o caso destes relatos:

Seu ex-companheiro parou o caminhão que dirigia e entrou na

casa onde a comunicante estava e começou a agredi-la com murros na boca, braços e chutes na barriga (R nº 30).

Relata a comunicante que o autor já convive com outra mulher e não a deixa em paz. Invadiu a sua residência xingando e a agrediu fisicamente dando um murro nas costas, cabeça, costela e perna” (R nº 49).

Seu ex-companheiro foi até a residência onde se encontrava a comunicante e mandou chamar a vítima, quando a comunicante foi abrir o portão, seu ex-companheiro passou a agredi-la com chutes nas pernas e murros na cabeça e pescoço” (R nº 68).

Várias razões podem levar ao episódio de violência física tendo como autor o ex-companheiro, possivelmente as mais recorrentes são: ciúmes, não aceitação da separação e uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Para as vítimas que resolvem quebrar o silêncio, denunciar pode ser uma das principais medidas adotadas, visto que, mesmo após o fim do relacionamento, muitas ainda continuam vivenciam situações de violência proporcionadas pelo ex-companheiro.

Outras vítimas protelam a denúncia, e aguardam esperançosas pela mudança no comportamento agressivo do seu parceiro íntimo. No entanto, é esse período de espera que parece favorecer o acontecimento de novas situações constrangedoras e violentas, pois a maioria dos casos acaba se agravando com o passar do tempo.

Seu companheiro começou a agredi-la fisicamente com tapas no seu rosto e corpo, deixando hematomas em sua perna direita. De acordo a comunicante as ameaças são constantes e este já a agrediu outras vezes (Rnº 103).

Diante desse contexto, é possível observar a violência sendo vivenciada por diversas vezes, felizmente algumas mulheres reconhecem seus

limites, já outras por diversos motivos, seja por vergonha, medo da separação por conta dos filhos, dependência financeira ou ameaças, tornando-as passivas diante deste cenário e continuam convivendo com a opressão. Algumas vítimas procuram o serviço de saúde em busca de uma melhora física e emocional, mas como a violência é algo complexo, e a maioria das grades curriculares não aborda de forma enfática sobre a temática, profissionais de saúde acabam enfrentando algumas dificuldades no atendimento à mulher violentada.

O estudo realizado com uma equipe de 12 profissionais de saúde em serviços de interação a Rede de Atenção a Pessoas em Situação de Violência na cidade de Salvador, Bahia, revelou que além de danos físicos, a violência compromete a saúde reprodutiva e mental das mulheres. Contudo, frente as sequelas físicas, os profissionais apesar de desconfiarem que a mulher era vítima da violência de gênero, não indicaram outros traços além das lesões visíveis, demonstrando o quanto persiste o modelo assistencial médico hegemônico centrado na cura e na especialização, fato que inviabiliza o cuidado integral e a importância de conhecer e intervir na causa do problema¹⁸.

Considerações finais

Diante da análise das ocorrências, registradas pelas mulheres vítimas de violência sexual e física no climatério, observou-se o quanto a violência causa impactos, afetando tanto a vítima quanto às pessoas do seu convívio. A integridade física também acaba sendo comprometida, bem como a autonomia feminina em relação a sua própria sexualidade. Apesar da violência sexual ser representada por poucas denúncias, não se pode generalizar que esse tipo de violência não seja frequente no climatério, sendo suposto que muitas mulheres não se sentem seguras ou confortáveis para expor sua intimidade e denunciar o agressor.

Este estudo possibilitou identificar que as mulheres são agredidas tanto por companheiros quanto por ex-companheiros, contrapondo a ideia de que o fim do relacionamento é a solução para o problema. Percebeu-se ainda que alguns fatores se mostraram associados ou intensificadores da violência, como uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, dependência

financeira da vítima e não aceitação do término do relacionamento por parte do agressor.

Uma medida importante para dimensionar a magnitude da violência é a notificação, por isso, nesse sentido os profissionais de saúde devem estar aptos a realizarem o preenchimento adequado da ficha de notificação, tornando os dados da violência contra mulher o mais próximo da realidade, pois apesar dos altos índices já existentes, ainda há muitas subnotificações, visto que na maioria das vezes ocorre em um espaço restrito que é o ambiente doméstico.

Tendo em vista que a violência é um problema de saúde pública, a adoção de medidas educativas que proporcionem a sensibilização da população, em especial o público masculino é fundamental. Podendo ser englobadas rodas de conversa, oficinas e campanhas de educação em saúde na tentativa de disseminar a igualdade de gênero e amenizar ou erradicar a violência contra as mulheres no climatério, bem como em todas as fases da vida.

Referências:

1. Leite FMC, Silva ACA, Bravim LR, Tavares FL, Primo CC, Lima EDFA. Mulheres vítimas de violência: percepção, queixas e comportamentos relacionados à sua saúde. *RevEnferm UFPE online*. [Internet]. 2016 Dez [acesso em 2018 jun 29]; 10(6):4854-4861. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11265>.
2. Miranda MPM, Paula CS, Bordin IA. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Rev Panam Salud Publica*. [Internet]. 2010 [acesso em 2018 jun 29]; 27(4):300-308. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rpsp/v27n4/a09v27n4.pdf.
3. Valença CN, Nascimento Filho JMD, Germano RM. Mulher no climatério: reflexões sobre desejo sexual, beleza e feminilidade. *Saúde Soc*. [Internet]. 2010 [acesso em 2018 jun 29]; 19(2):273-285. Disponível em: <https://www.scielo.org/artile/sausoc/2010.v19n2/273-285/pt/>.
4. Moraes SDTDA, Fonseca AMD, Bagnoli VR, Soares Júnior JM, Moraes EM, Neves EM et al. Violência doméstica e sexual em mulheres e suas repercussões na fase do climatério. *Journal*

of Human Growth and Development. [Internet]. 2012 [acesso em 2018 jun 29]; 22(2):253-258.

Disponível

em:http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v22n2/pt_19.pdf.

5. Santos SMP, Golçalves RL, Azevedo EB, Pinheiro AKD, Barbosa CA, Costa KNF. A vivência dasexualidadepormulheresno climatério. *RevEnferm UFSM*. [Internet]. 2014 [acesso em 2018 jun 29]; 4(1):113-122. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/reufsm/article/view/8819>.
6. Beccheri-Cortez M, Souza L. Mulheres de classe média, relações de gênero e violência conjugal: um estudo exploratório. *Rev Gerencia Políticas Salud*. [Internet]. 2013 [acesso em 2018 jun 29]; 12(24):34-53. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rgps/v12n24/v12n24a03.pdf>.
7. Moura LBA, Gandolfi L, Vasconcelos AMN, Pratesi R. Violências contra mulheres por parceiro íntimo em área urbana economicamente vulnerável, Brasília, DF. *Rev Saúde Pública*. [Internet]. 2009 [acesso em 2018 jun 29]; 43(6):944-953. Disponível em:http://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/12462/2/ARTIGO_ViolenciasContraMulheres.pdf.
8. Minayo MCS. (Org) *Pesquisa Social; Teoria Método e Criatividade*. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
9. Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde, & Brasil. Ministério da Saúde (MS). Conselho Nacional de Saúde. (2013). Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. *Diário Oficial da União*.
10. Bardin L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2010.
11. Dantas-Berger SM, &Giffin K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual?. *Cadernos de Saúde Pública* [Internet]. 2005 [acesso em 2018 out 19]; 21(2): 417-425. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n2/08.pdf>.
12. Vigário CB, Paulino-Pereira FC. Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. *RevPsicologia*. [Internet]. 2014 [acesso em 2018 jun 29]; 5(2):153-172. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/1483/1381>.

13. Gomes NP, Diniz NMF. Homens desvelando as formas de violência conjugal. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo [Internet]. 2008 [acesso em 2018 jun 29]; 21(2):262-267.

Disponível em: <https://www2.unifesp.br/acta/pdf/v21/n2/v21n2a5.pdf>.

14. Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes. Caracterização das vítimas de violências doméstica, sexual e outras violências interpessoais notificados no VIVA. Norma técnica. 2. ed. atual. eampl. Brasília; 2008.

15. Saffioti HIB. O Poder do Macho. São Paulo: Moderna, 1987.

16. Echeverria JGM, Oliveira MHBD & Erthal RMDC. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro [Internet]. 2017 [acesso em 2018 jun 29]; 41:13-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41nspe2/0103-1104-sdeb-41-spe2-0013.pdf>.

17. Silva LELD & Oliveira MLCD. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. *Ciência & Saúde Coletiva*. [Internet]. 2015 [acesso em 2018 jun 29]; 20(11):3523-3532.

Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2015.v20n11/3523-3532/pt>.

18. Gomes NP, Garcia TCS, Conceição CDR, Sampaio PDO, Almeida VDC & Paixão GPDN. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em debate*. [Internet] 2012 [acesso em 2018 jun 29]; 36(95): 514-522. Disponível em: https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0103-11042012000400003&script=sci_arttext&tIng=pt

Endereço para Correspondência

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
- UESB

Av. José Moreira Sobrinho, s/n - Jequiezinho,
Jequié –BA

CEP.: 45205-490

caroline.aguedes@gmail.com

Recebido em 02/09/2019

Aprovado em 13/12/2019

Publicado em 30/03/2020